

# Fernando Pessoa: a mitificação do gênio\*

Dionísio Vila Maior\*\*

## RESUMO

Neste trabalho, estuda-se um conjunto de reflexões de Fernando Pessoa sobre as particularidades essenciais da *anima* portuguesa. Pessoa procura, desse modo, uma nova consciencialização da “vitalidade”, “memória coletiva” e “identidade coletiva” dessa *anima*. Na seqüência dessas reflexões, o poeta dos heterônimos, que acaba por reconhecer ao “homem português” a capacidade, entre outras, de “sonhar”, registra, em diversos passos da sua produção, a consciência de excepcionalidade da sua própria obra, pelo contributo que ela traz para a Arte Superior – cujo propósito é “o aperfeiçoamento subjetivo da vida”. É em última instância para esse sentido que aponta o pensamento de Pessoa: a consciência da sua própria genialidade.

Palavras-chave: Genialidade; Totalidade; Identidade; Arte superior; Sonho.

## O SONHO E O ENLEIO ESTÉTICO COM A PLENITUDE

**N**um texto solto, onde faz um balanço sobre os primeiros anos da República Portuguesa, Pessoa (1986c) escreve o seguinte: “O português pode não ter necessidade de crer, mas tem, sempre, de divagar e sonhar” (p. 854).

Independentemente do contexto onde se inserem, estas palavras seduzem fundamentalmente pelo valor quase programático que nelas

\* Universidade Aberta (Portugal).

\*\* O presente texto constitui a base de uma conferência proferida no âmbito do Colóquio Internacional sobre Mythes et Mémoire Collective dans la Culture Lusophone, realizado na Université Michel de Montaigne – Bordeaux III, em março de 2005.

se pode apreender: o que aponta para o sonho (logo, para uma determinada “plenitude”), que Pessoa considera como uma das particularidades essenciais da *anima* portuguesa.

Ainda noutros fragmentos textuais sem data, mas do Livro do Desassossego, Pessoa (1986b), pela “voz” do “outro eu” Bernardo Soares, afirma, por sua vez, que os “sonhadores atuais são talvez os grandes precursores da ciência final do futuro” (p. 841) e que só “o importante [da realidade] é que o sonhador vê” (p. 555). Daí decorre, na sua perspectiva, que “Um poente real é imponderável e transitório” e que “Um poente de sonho é fixo e eterno” (p. 555). Ora, e como se pode confirmar, este testemunho assume, também aqui, um significado muito especial, já que, por um lado, atribui ao “sonhador” uma função que o deixa perceber como capaz de antecipar uma situação futura, e, por outro lado, confere ao sonho a qualidade de, por ele, a imagem sonhada (imaginada) permanecer com o sujeito.

Entretanto, com todas as salvaguardas às concepções dialógicas do universo de Fernando Pessoa, parece-nos que também o ortônimo consente esta idéia: num drama seu, a personagem Salomé – que, segundo Dalila Pereira da Costa, representa o “arquétipo da mulher”, o “elemento feminino primordial” (*apud* PESSOA, 1986a, p. 657) – afirma projetar-se, pelo sonho, “sobre todas as épocas” (PESSOA, 1986a, p. 671). E, com efeito, esta concepção não é muito diferente de outras referências ao sonho e ao ato de sonhar, desenvolvidas em outros tantos contextos pelo poeta que disse, um dia, que “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. São múltiplas essas referências: ponto de partida para imaginar que se consegue atingir o Ideal: “A sonhar eu venci mundos” (PESSOA, 1982, p. 625); dimensão a explorar, pelo sentido de grandeza e singularidade que encerra: “Há grandes interiores de continentes dentro de nós, com mistérios a desvendar (*id.*, 683)”; fonte de um triunfo desejado, apesar do “cansaço geral” a que conduz a dinâmica da despersonalização implicada pelo ato de sonhar: “É visível o grau de despersonalização (...) do espírito a que isto leva, e é difícil confesso, fugir a um cansaço geral de todo o ser ao fazê-lo... Mas o

triunfo é tal!” (LOPES, 1990, p. 255); possibilidade para, pela imaginação e pelo ato de produzir, o sujeito se aproximar do plano divino: “A percepção, a memória, a imaginação (...) são actos em nós idênticos ao acto criativo do mundo” (PESSOA, 1986b, p. 421); domínio onde, liberto das teias sociais, o sujeito consegue concretizar todos os seus objetivos: “Tudo o que quero consigo, desde que seja dentro de mim” (LOPES, 1990, p. 253); território do qual o sujeito se pode encarar com atributos plenipotenciários: “Ninguém pode ser rei do mundo senão em sonho” (PESSOA, 1986b, p. 891); condição, enfim, para ser tudo e todos.

E se, aqui, Bernardo Soares enuncia que foi quantos Césares quis na Rua dos Douradores e que, pelo sonho, pode viver sem as amarguras provocadas pela crua realidade, Pessoa ortônimo considera, num texto não datado, ter-se sonhado, ter-se imaginado, Cristo, Lutero e Nero, ter sofrido pela Humanidade, ter sido amante e aventureiro, ter vivido, através dos seus “eus”, “em todas as idades, em todas as épocas” (LOPES, 1990, p. 26).

Em função destas palavras, pode concluir-se, para já, que, afinal, pelo sonho, será possível ao “sujeito” pessoano articular-se intimamente com o infinito, com o impossível: “(...) constelo-me às escondidas e tenho o meu infinito”, enuncia ele pela “voz” de Bernardo Soares, num texto datado de 20 de julho de 1930 (PESSOA, 1986b, p. 630).

Este fato permite-nos, portanto, considerar o ato de sonhar e de imaginar fundamentalmente como uma “possibilidade” para Pessoa se encarar dentro de um dinamismo que lhe permite, esteticamente e literariamente, alcançar a “plenitude”.

## O HOMEM PORTUGUÊS DE EXCEÇÃO

E se é certo que, até para a sobrevivência de compromissos ideológicos, tantas vezes a memória coletiva portuguesa assimilou (pela referência histórico-emocional) os seus “sonhos” e a experiência dos “seus”

descobrimientos à prática arquetípica, também não é menos certo que, como afirma Eduardo Lourenço (1999), existe de forma onipresente, na “mitologia (...) cultural” portuguesa, um sentimento de “fragilidade” (p. 12). Essa “fragilidade”, registrou-a diversamente Pessoa – no campo epistolográfico, no artigo de opinião, em fragmentos textuais, no folheto, no texto interventivo (como o “manifesto literário”)...<sup>1</sup> –, onde apontou a “crise” de identidade nacional do homem português. Procurou assim Pessoa contribuir, por esse meio, para que se criasse uma nova consciencialização de identidade coletiva – que se baseasse, sobretudo, na construção de um novo estádio cultural. No entanto, tácita e explicitamente, também terá procurado modificar essa identidade, essa “insígnia” do povo português, esse marca que o caracteriza do ponto de vista bio-psicológico, cultural e histórico-literário, esse timbre que o marca por um amplo processo de recepção, transmissão e/ou revisão de um passado comum, de ação no presente, alvejando o futuro.

Em todos os textos em que, a esse nível, essa atitude se manifesta, aflora a denúncia dos males do homem português, males esses que conformam um quadro negativo e acabam por denunciar uma visão pessimista: o sentimentalismo piegas, a abulia, o amadorismo, o opor-

---

<sup>1</sup> A quantidade e qualidade das observações críticas de Fernando Pessoa feitas ao homem português são, de fato, de realçar: em duas cartas, uma, dirigida a Francisco Fernandes Lopes, datada de 20 de abril de 1919 (PESSOA, 1986b, p. 218-219), outra, carta aberta (mas que nunca chegou a publicar) que, provavelmente em 1915 ou 1916, escreve ao Capitão Francisco Xavier da Cunha Aragão (PESSOA, 1986c, p. 886-888); num prefácio (de 1916) a uma antologia de poetas sensacionistas portugueses, a ser apresentada a um público britânico (projeto que entretanto não se concretizaria) (PESSOA, 1986b, p. 1.085); num texto de 1928 sobre “O síndrome provinciano da mentalidade portuguesa dominante” (*id.*: 1.303-1.305); em diversos textos e fragmentos sobre o homem português (PESSOA, 1986c, p. 554 ss); num texto sobre o império português (*id.*: 649); no folheto de 1928, *O Interregno* (*id.*: 797-798), do qual (como já foi lembrado) afirmaria que devia ser considerado “como não existente”; em estudos sobre o positivismo e a propaganda anti-religiosa (*id.*: 854); em estudos sobre Salazar (*id.*: 1096; PESSOA, 1993, p. 363) e sobre Mussolini (PESSOA, 1993, p. 370); num texto de provavelmente 1916, sobre os sensacionistas portugueses (PESSOA, 1966, p. 203); num texto atribuível a Mora (escrito em provavelmente 1914-1918), sobre a Alemanha (PESSOA, 1993, p. 275-276); no poema “O fado cantado à guitarra”, provavelmente posterior a 1918 (*id.*: 353).

tunismo, o gosto cego por tudo o que é estrangeiro, a carência de uma unidade coletiva...

Trata-se, no fundo, de um olhar alteronímico sobre o homem português – olhar este que, a partir de Eça de Queirós, começa paulatinamente a retirar ao homem português a condescendência vertebral de povo acarinhado pelo divino. Porém, outro olhar houve que não se confinou à análise dos traços menos otimistas do homem português.<sup>2</sup> Só que o núcleo central das qualidades desse homem português é limitado pelo fato de, freqüentemente, esse núcleo se restringir a etapas pontuais do passado: as Descobertas, a construção da nacionalidade portuguesa; aí, sim, o homem português teria demonstrado todas as qualidades do homem de “exceção”: vitalidade, coragem, honra, integridade, cosmopolitismo... Mas, para além dessas qualidades, Pessoa acaba por reconhecer ao português (ainda que pontualmente e só a alguns) outros atributos igualmente positivos: a capacidade de “sonhar”, de amar a poesia, de amar Portugal por onde quer que vá... Por isso, o emigrante português (que leva sempre Portugal no coração), os heróis da História de Portugal, o povo humilde, o poeta (que tem a possibilidade de melhor aceder aos sentimentos universais), seriam aqueles que melhor representam o lado positivo do Povo português. Por isso, também, D. Nuno Álvares Pereira, o Infante D. Henrique, Gago Coutinho, Sacadura Cabral, Sidónio Pais e os poetas do Orpheu constituiriam os modelos daquele que deveria ser “o homem português de exceção”. Contudo, uma pergunta: ao sugerir que é preciso o português ter estas ou aquelas qualidades, não acabará Pessoa por, implícita ou explicitamente, sugerir que ele próprio as terá?

<sup>2</sup> A este nível, as virtudes são igual e significativamente referidas por Pessoa: no poema “Azul ou verde ou roxo, quando o sol”, na *Elegia na Sombra*, na *Mensagem*, numa entrevista dada por Pessoa a António Alves Martins na *Revista Portuguesa*, em Outubro de 1923 (PESSOA, 1986c, p. 702), num texto, esboçado, sobre Portugal no contexto histórico europeu (*id.*: 977-978) e num fragmento textual sobre A aliança ibérica (*id.*: 992).

## MEMÓRIA COLETIVA, VITALIDADE DA ALMA PORTUGUESA E A IDÉIA DO ENCOBERTO

Podendo nós encarar alguns dos textos pessoais (bem como dos principais modernistas portugueses) como trabalhos com um alcance injuntivo, de modo tanto mais intenso, quanto mais imperativo e coercitivo for esse discurso, a eles se encontra, portanto, inerente uma exigência ao povo português: solicitar-lhes uma postura interventora. Se Almada Negreiros, por exemplo, o faz, com muita intencionalidade, na parte final do *Ultimatum futurista às gerações portuguesas do século XX* (em 1917), na conferência “Modernismo” (em 1926) e no texto “Direcção Única” (em 1932), se António Ferro procura agir sobre o seu destinatário no texto “Nós” (em 1919), o modernista, e futurista, Fernando Pessoa de igual modo imprime essa orientação ao seu discurso, sobretudo pela “voz” do heterônimo Álvaro de Campos. E, aqui, o *Ultimatum* (de 1917) é um exemplo paradigmático, quando Campos exige que surjam “Homeros” nesta “Era das Máquinas” (PESSOA, 1986b, p. 1.109). Clarifica-se, deste modo, uma faceta ideológica de Pessoa: criticar, de forma construtiva, um povo; questionar, com dinamogenia, uma “memória coletiva”.

Todavia, perguntar-se-á: Quanto de coletivo tem essa memória coletiva? Que segmentos da população pertencerão a essa memória coletiva? Quanto de perverso, ou não, terá a mitificação da História e a comemoração dos feitos passados que agradam – silenciando-se, ou não, os feitos passados que atormentam? Como atuam os procedimentos seletivos para que se fale em memória coletiva? Não será, afinal, uma “nação” uma plethora polifonicamente complexa de identidades?

Se dúvidas houvesse acerca da representatividade e do benefício estruturante da consciência histórica para a sobrevivência de uma sociedade, seria suficiente recordar que – ainda que envolvido por uma moldura com características particulares (a língua, a raça, a forma de pensar e agir, os sentimentos, a religião, os limites geográficos) – o termo e conceito “nação” integra em si uma imagem dinâmica, ima-

gem esta que só se concretiza enquanto consciência transformada em discurso, ato e obra realizada. E só essa consciência permitirá ao homem português atingir aquela “vitalidade” que, em 1912, Pessoa (1986b) definira no estudo *A nova poesia portuguesa sociologicamente considerada*, quando escrevera:

Por vitalidade de uma nação não se pode entender nem a sua força militar, nem a sua prosperidade comercial, coisas secundárias (...); tem de se entender a sua exuberância “de alma”, isto é, a sua capacidade de criar, não já simples ciência, o que é restrito e mecânico, mas “novos moldes, novas ideias gerais”, para o movimento civilizacional a que pertence. (p. 1.147)

Como se vê, para o Pessoa que um dia defendeu que há “grandes interiores de continentes dentro de nós”, o que acima de tudo interessa é sublinhar esse “entusiasmo da alma coletiva”, essa “força” interior vital que permite, em última instância, integrar de alguma forma o universal, a posteridade... E essa força interior, essa “vitalidade”, não estaria muito distante da noção segundo a qual a projeção sebastianista do coletivo português na figura do Encoberto deveria beneficiar de um dinamismo cuja eficácia dependeria do grau e da intensidade com que cada um manifestasse essa projeção. É, aliás, Pessoa quem o afirma, quando (num texto sem data) aponta o fato de se esperar passivamente pela vinda do representante do Quinto Império como um dos pontos negativos do Sebastianismo. Escreve ele:

O defeito, a fraqueza, do sebastianismo tradicional reside, não em ele, senão em a deficiência e a fraqueza de seus intérpretes. Ignorantes, decadentes, ensinados a crer pelo espírito católico, esperavam de fora o Encoberto, aguardavam inertes a salvação externa. O Encoberto, porém, é um conceito nosso; para que venha, é preciso que o façamos aparecer, que o criemos em nós através de nós. (PESSOA, 1993, p. 228)

Como se pode confirmar, o que estas palavras indubitavelmente sugerem é que, num plano pragmático, os sinais visíveis da Idéia daquele que trará a solução para problemas com que a sociedade se defronte dependem exclusivamente de cada indivíduo, da sua força de

vontade, da sua atitude perante essa Idéia, da ânsia colocada por si nessa atitude. E, pouco depois, corrobora os parâmetros com que enfoca tal problemática, ao doutrinar que cada um de nós deve “fazer por em si realizar o máximo que pode de semelhante ao Desejado. A soma, a confluência, a síntese por assim dizer carnal dessas ânsias será a pessoa do Encoberto” (*ibid.*).

## FERNANDO PESSOA E A CONSCIÊNCIA DE EXCEPCIONALIDADE

Numa carta datada de 25 de Setembro de 1929, dirigida a Ofélia Queiroz, Fernando Pessoa lembra-a da importância que ele atribui à sua “obra”, para cuja realização ele precisa de “sossego e um certo isolamento”; depois, secundarizando tudo o que não seja essa obra, previne-a: “Resta saber se o casamento, o lar (...) são cousas que se coadunem com a minha vida de pensamento. Duvido” (PESSOA, 1986b, p. 258-259). Independentemente do amor que Pessoa nutriria por Ofélia, o que fundamentalmente interessa realçar nessas palavras são duas sugestões: por um lado, a que se liga ao valor com que Pessoa envolve conscientemente a sua própria obra; por outro, a que faz depender esse valor da sua capacidade para, na sua vida, conseguir transcender os moldes que enformam a normal vivência quotidiana.

Essa concepção é ainda mais evidente em textos escritos cerca de 15 anos antes. Em 1913-1915, por exemplo, Pessoa justifica o fato de não conviver em sociedade pelo fato de se “dever à posteridade”, chegando mesmo a qualificar o seu próprio patrimônio literário de “divino” para os “homens de amanhã” (LOPES, 1990, p. 74); também em 1914 (num texto anterior, note-se, ao aparecimento da revista *Orpheu*) enuncia, de modo semelhante, que recusa a “idéia de reclame” e que reentrara definitivamente “na posse plena do (...) [seu] Génio e na divina consciência da (...) [sua] Missão” (PESSOA, 1986b, p. 113-114). Ora, o que efetivamente se torna importante aqui realçar é o fato de, em todas estas palavras, ele próprio facultar indicações que lhe confe-

rem, a si mesmo, um destaque que, segundo ele, merecerá futuramente pela sua condição de “Gênio” – um gênio que, também o refere em 1915, recusa toda e qualquer forma de celebridade (“um plebeísmo”, “uma contradição”, “uma fraqueza” [*id.*: 114-115], afirma).

## O ESTATUTO DE EXCEPCIONALIDADE

Ainda que de forma sucinta, podemos confirmar nessas palavras que Pessoa parece atribuir-se certas particularidades cujo alcance, incidindo direta ou indiretamente sobre ele mesmo, lhe confere um estatuto de alguma “excepcionalidade”. Mas, como diversamente defendeu, o estatuto de “excepcionalidade” somente pertencerá: àquele que possuir uma “ânsia abstrata de conhecer” (assegura num texto sem data [PESSOA, 1986c, p. 441]); àquele que melhor for capaz de “aperfeiçoar a vida” (como defende, em 1922, no texto “António Botto e o Ideal Estético em Portugal” [PESSOA, 1986b, p. 1.242-1.243]); àquele que pretender a glória como uma “imortalidade abstrata” (interpreta em 1931 [*id.*: 645])...

Desde logo se torna evidente que todas essas qualidades estão de acordo com a noção de que esse homem de índole “superior” se distingue do homem vulgar. Provam-no outras as noções de acordo com as quais se pode afirmar que a essa “excepcionalidade” se encontra representada: pela “qualidade da ironia” (revela em 1931, no Livro do Desassossego, em 1931 [*id.*: 563-564] e em 1920, no texto “O síndrome provinciano da mentalidade portuguesa dominante” [*id.*: 1.304-1.305]); pela capacidade de compreender e controlar a alteridade estética, através da qual se pode aprender a “sentir tudo sem o sentir diretamente” (alega num texto sem data [LOPES, 1990, p. 27]); pela aptidão em conseguir “representar em si mesmo toda a sua época” (previne num texto em inglês, de provavelmente 1917 [PESSOA, 1986c, p. 127]); pelo distanciamento relativamente à vida e à sociedade, procurando-se, antes, a “glória” do isolamento, da indiferença – o que não

significa que, inconformado e insatisfeito, não possa se participar socialmente, nem que se não coloque criticamente em relação à época em que vive; pela coragem; pelas faculdades intelectuais; pela fantasia; pela imaginação; pela originalidade (defende-o em 1932, quando se refere às “qualidades fundamentais do artista” [PESSOA, 1986b, p. 1.310-1.311], ou, num texto não datado, quando aponta alguns dos traços distintivos do gênio, entre eles a “inteligência” e a “originalidade” [LOPES, 1990, p. 295]); pela dignidade de se sentir “par dos Deuses sendo homem, par dos homens sendo deus” (pronuncia no texto “Mário de Sá-Carneiro” [PESSOA, 1986b, p. 1.277-1.278]); pelo talento para influenciar milhões e “construir a civilização” (defende-o num texto sem data [LOPES, 1990, p. 72]).

### O SUJEITO DE EXCEÇÃO E A AÇÃO SOBRE A COLETIVIDADE

Tendo em conta todas estas características variavelmente apontadas (e algumas delas assumidas abertamente) por Pessoa para caracterizar o gênio, o sujeito de “exceção”, o sujeito de qualidades sublimadas, impõe-se, de um modo geral, uma idéia: a de que este sujeito é encarado, de acordo com os atributos que lhe são inerentes, como alguém incompreendido pelos que o rodeiam e inadaptado à sua época, o que faz com que a capacidade de, num determinado tempo e espaço, a sociedade o(s) detectar se torne manifestamente difícil de determinar (PESSOA, 1986c, p. 34 ss). Mas mais: Pessoa defende que um dos maiores objetivos do sujeito com qualidades de excelência – a sua aceitação pela posteridade – será tanto mais conseguido, quanto mais ele se conseguir enquadrar dentro dos parâmetros que, em princípio, caracterizarão as críticas das gerações vindouras à sua, tornando-se nesse sentido “criador e filho” das épocas que a ele se sucederem (*id.*: 50 ss).

Ora, o que neste momento e no contexto em que nos encontramos interessa é enquadrar a funcionalidade estético-literária de um discurso onde o sujeito se considera como um indivíduo que, distanciado da

vivência do dia a dia, da turba, desenvolve soluções que apontam para o afastamento do “eu” poético em relação à banalidade e à “monotonia quotidiana das vidas vulgares” – caracterizada por padrões de vida e de comportamento incompatíveis com os padrões daquele que se considera acima dessa padronização. A vivência quotidiana, os sentimentos e os afetos familiares da “turba normal”, o casamento e a vida conjugal da “gente média”, as alegrias e as preocupações do dia a dia, a “vida vegetativa” da “humanidade vulgar”, são aspectos repetidamente criticados por Pessoa. Cria, assim, condições (tudo leva a crê-lo, ao superlativar o indivíduo de “exceção”) para que, tacitamente, nele se integre esse estatuto, ou seja, para que, tacitamente, a ele se possa conceder aquele protagonismo das “frases que como se erguem do texto a determinar o sentido de todo um capítulo” no vasto “livro que é o universo” (PESSOA, 1986a, p. 686).

Como quer que seja, impõe-se que não se perca de vista um outro enquadramento desta problemática: é que tanto o papel da coletividade, como o de cada indivíduo que faça parte dessa coletividade perdem o sentido para que a necessária relação entre o sujeito individual e o sujeito coletivo aponta se a este retirar àquele o espaço de manobra necessário para que possa exprimir a sua genialidade. Na esteira dessa reflexão, duas ilações se impõem: o aparecimento do sujeito de índole “superior” resulta ou de uma harmonia com o coletivo, ou (e isso verificou-se sobretudo com a revista *Orpheu* e com as manifestações futuristas), de um confronto com esse coletivo – reconhecendo-se, então, a pertinência ideológico-literária das palavras que Pessoa proferiu em 1914, quando proclama:

(...) em Portugal é preciso que apareça um homem que, a par de ser um homem de gênio, para que possa mover o meio por inteligência, seja um homem de sua natureza influenciador e dominador, para que ele próprio organize o meio que há-de influenciar, e ir influenciando ao construí-lo. (PESSOA, 1986c, p. 188)

## FERNANDO PESSOA: A RELAÇÃO EXEMPLAR COM O IDEAL ARTÍSTICO-LITERÁRIO E COM A PLENITUDE

Indissociável da postulação acima referida do indivíduo de “exceção”, a definição pessoana dos objetivos que aquele pretende atingir possui, a esse nível, um interesse acrescido.

Quando Pessoa, numa conhecida carta (datada de 19 de Janeiro de 1915, enviada a Armando Côrtes-Rodrigues), confessa que, paulatinamente, não só se tem vindo a colocar à altura das “qualidades divinas que recebeu”, mas também tem procurado agir “sobre a humanidade” (PESSOA, 1986b, p. 176), mais não faz (ainda que com apenas 26 anos) do que se perspectivar desde logo como alguém cujos textos poderão ser reconhecidos pela posteridade.

Entretanto, não se deverá pensar que essa “ação” sobre a coletividade e sobre a Humanidade (ação essa confinada sobretudo ao âmbito da esfera estético-literária) conforma um conjunto de opções tomadas efetivamente em função de um tempo e de um espaço precisos; nem tão-pouco se pretende interpretar aquela “ação” em função de interesses que encontram a sua última justificação num segmento extra-artístico. Pelo contrário, essa “ação”, enquanto atitude de um sujeito de “exceção”, genial, deve ser interpretada como uma atitude tomada em função dos “futuros tempos e épocas” (PESSOA, 1986c, p. 41). Isso significará que só pensando em termos mediatos esse sujeito alcançará o estatuto de “artista”, que Pessoa considera “a forma mais alta do homem superior” (PESSOA, 1986b, p. 1.258). Isso significará ainda, por outras palavras, que só assim esse indivíduo se deverá à “humanidade futura”, ou que, bafejado pelo “amor dos Deuses”, nunca morrerá (*id.*: 1.277) – percebendo-se essa permanência como o contributo para a Humanidade e para a Arte Superior, porque – di-lo em “António Botto e o Ideal Estético em Portugal” – o propósito da Arte Superior é “o aperfeiçoamento subjetivo da vida” (*id.*: 1.243).

Tendo em consideração esse contributo, é indiscutível aquilo que, no domínio fundamentalmente artístico e literário, ressalva as poten-

cialidades que especialmente habilitam Pessoa a integrar uma dimensão de plenitude: o reconhecimento posterior, ou, recorrendo a uma imagem utilizada por Almada em *Prometeu*, a compreensão do “unânime”, que mais não é do que “o encontro da consciência universal com a consciência pessoal” (ALMADA NEGREIROS, 1992, p. 112).

Essa dimensão é, afinal, uma entre as múltiplas formas através das quais a totalidade foi alcançada por Pessoa. Atingir essa plenitude é difícil, mas não impossível, a partir do momento em que, como aconselha Pessoa (num texto sem data) se coloque totalmente naquilo que faça: “Sê todo em cada coisa, porque ser todo em cada coisa é estar certo” (LOPES, 1990, p. 29). Naturalmente que Pessoa se referia à esfera artístico-literária, lugar por excelência onde para ele o problema da totalidade se deveria sempre colocar. O que quer dizer que o sujeito que esteticamente procurar esse “ideal artístico-literário”, deve acima de tudo fazer depender a sua procura do valor e da intensidade que nesse “desejo” e nesse “sonho” colocar.

Tendo em consideração o que ficou dito, poder-se-á, então, afirmar que os desígnios que guiam Fernando Pessoa na busca da “plenitude” têm a sua principal razão de ser na grandeza e integridade incutidas a essa busca. E quando tal acontece, tende-se irreversivelmente para o equacionamento da superlatividade do sujeito, confirmando-se por essa óptica a sua plenitude, uma plenitude cujos contornos se encontrarão, antes de tudo, no próprio sujeito. Isto é: querer vivenciar artisticamente, literariamente, qualquer forma de totalidade não pode nunca deixar de primordialmente pressupor a atitude do sujeito face a essa vivência.

Se fosse preciso encontrar uma passagem que resolvesse esta problemática, os versos inesquecíveis do heterônimo Alberto Caeiro, do poema VIII d’ *O guardador de rebanhos*, preencheriam com legitimidade tal exigência:

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver no Universo...  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer

Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho da minha altura...  
(PESSOA, 1986a, p. 748)

Aqui, podemos ver de que forma as noções de plenitude e de totalidade apontam decididamente num sentido: o de um conjunto de informações estéticas e literárias que nos revelam que aquela plenitude é configurada pela própria individualidade do sujeito.

E é, afinal, esse sentido que, em última instância, encontra a sua fórmula definitiva na noção segundo a qual a relação entre passado e futuro, entre indivíduo e coletividade, entre sonho e realidade, entre pluralidade e unidade, se traduz na afirmação de um sujeito que, com uma ousadia muito própria e uma extraordinária “vitalidade” interior, representou, em suma, a sua própria “identidade”... a sua própria “totalidade”... a sua própria “genialidade”.

#### ABSTRACT

In this work, we study a set of Fernando Pessoa's considerations on the essential particularities of Portuguese *anima*. Pessoa intends a new conscience of “vitality”, “collective memory” and “collective identity” of this *anima*. An important question results from there: the poet of heteronyms – who recognizes that Portuguese man has, among others, the capacity to “dream” – inscribe, in various steps of his production, the conscience of exceptionality of its own works, because of the contribution it brings to the Superior Art – whose purpose is “the subjective perfecting of life”. It is, ultimately, this direction Pessoa's thought points at: the conscience of its own genius.

Keywords: Genius; Totality; Identity; Superior art; Dream.

## Referências

- ALMADA NEGREIROS, José de. *Obras completas – Ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. v. V.
- LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por conhecer – Textos para um novo mapa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. v. II.
- LOURENÇO, Eduardo. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1999.
- PESSOA, Fernando. *Páginas íntimas e de auto-interpretação* [textos estabelecidos e prefaciados por G. Rudolf Lind e J. do Prado Coelho]. Lisboa: Edições Ática, 1966.
- PESSOA, Fernando. *Obras em prosa* [Organização, Introdução e Notas de Cleonice Berardinelli]. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1982.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros]. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986a. v. I.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros]. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986b. v. II.
- PESSOA, Fernando. *Obras de Fernando Pessoa* [Introdução, organização, bibliografia e notas de António Quadros]. Porto: Lello & Irmão Editores, 1986c. v. III.
- PESSOA, Fernando. *Pessoa inédito* [coordenação de Teresa Rita Lopes]. Lisboa: Livros Horizonte, 1993.

